

Exmo. Senhor Doutor Presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa do IAB Nacional Dr. Gilberto Garcia.

Indicação: Proposta pelo Consocio Dr. Joycemar Lima Tejo
OAB/RJ 116.978

Tema: Liberdade Religiosa – Livre Manifestação do Pensamento – Código Penal – Crime contra o sentimento Religioso – PL. 1276/2019, que tipifica a conduta de Blasfemar contra divindades e afronta a fé alheia.

1. - Pretensão.

1.1 – Propõe o Deputado Federal Fernando Rodolfo projeto de Lei que tomou número 1276/2019, objetivando alteração do artigo 208, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o qual dispõe:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

1.1.1 - A proposta de alteração consiste:

1.1.2 – Altera-se a redação do caput para se acrescer ao final:

Artigo 208... “blasfemar publicamente de divindade com palavras ou qualquer tipo de manifestação, afrontando a fé alheia:

1.1.3 - Modificação no que toca aos parágrafos que passam a ser três, sendo o primeiro relativo à pena que é abusivamente aumentada:

§ 1º Reclusão de quatro a seis anos.

§ 2º Se o ato de blasfêmia acontecer durante evento promovido, custeado e/ou patrocinado com verba pública, o pagamento de cachê a quem blasfemou deverá ser anulado ou devolvido à fonte pagadora, caso já tenha sido efetuado.

§ 3º Fica assegurada a livre manifestação doutrinária das religiões em qualquer ambiente de culto e/ou meio de propagação.



2 - Considerações.

2.1 - **Blasfêmia** é um substantivo feminino que vem do latim (blasphemia) assim como, praticamente, a totalidade das expressões e termos que compõem a idioma nacional. A **“Última flor do Lácio, inculta e bela”**, como observou o poeta Olavo Bilac referindo-se ao fato de que a língua portuguesa ter sido a última língua neolatina formada a partir do latim vulgar e falada pelos soldados da região italiana do Lácio.

2.2 - Blasfêmia é uma palavra ofensiva tanto quanto **“afronta, agravo, desacato, insulto, ofensa e ultraje”**. Embora sinônimos, distinguem-se da primeira pelo poder agressivo que esta contém, adquirido historicamente pelo seu emprego no ceio das religiões, todas opressivas em passado remoto. Consagrou-se como insulto àquilo que é sagrado, sujeitando o blasfemo na maioria das vezes à pena capital. Objetivamente, consiste na difamação de entidade adorada por grupos humanos, teoricamente dispondo de poder superior, sobrenatural, do qual depende o destino do ser humano e ao qual se deve respeito e obediência incondicional.

2.3 - Em síntese, a Blasfêmia é **ofensa** a alguma divindade e por isso, quando empregada, ocorre dentro das religiões, sendo insultos àquilo que é sagrado. Agravo a Deus ou a outro ser que tenha com ele equivalência em outra religião.

2.4 - Encontra-se no Levítico, um dos livros do Antigo Testamento, manifestação referente àqueles que blasfemam estão sujeitos à condenação a pena de morte. Também no evangelho de São Marcos é possível ler que a blasfêmia contra o Espírito Santo é um pecado sem perdão. No primeiro caso, a pena é cumprida em vida. No segundo, a blasfêmia contra o Espírito Santo é o pecado cometido pelo homem, **que reivindica o seu pretenso “direito” de perseverar no mal** — em qualquer pecado — **e recusa por isso mesmo a Redenção**. Mas, seja lá como for a expressão carrega um conteúdo extremamente agressivo assemelhando-se com uma prática vingativa.

2.5- Estas considerações introdutórias pareceram-nos oportunas para destacar a violência atribuída historicamente à expressão “Blasfêmia” que é mensageira de um passado de terror colorido pelo sangue das guerras religiosas, das perseguições a esse título, das carnificinas em nome da limpeza, étnica e as realizadas em nome de Deus e da “verdadeira” fé, indiferentemente a quem se estivesse matando, **a exemplo de Simão de Montfort na cruzada Albigense dirigindo-se aos seus cruzados a propósito dos adversários que, em tese, professavam a mesma fé:**

“Matai-os todos, Deus reconhecerá os seus”.

2.6 - Não é somente este relator que a proposta de alteração legislativa em questão surpreende a ponto de induzi-lo às reminiscências históricas



introduzidas no assunto em comento a título de confronto com a proposta de alteração legislativa.

2.7 - O próprio indicante, Eminent Advogado Joycemar Lima Tejo manifesta-se em intocável resumo do que se disse neste trabalho da seguinte maneira: **"... sendo certo que medidas legislativas de tal jaez, ainda que conforme o trâmite democrático, são sintomas da, data vênia, pauta obscurantista destes tempos."**

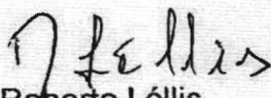
2.8 - Na verdade o tema que o Deputado Fernando Rodolfo pretende introduzir com a alteração proposta ao artigo 208 do Código Penal vem de uma história não recomendada. Por outro lado, encontra-se suficientemente completo nos aspectos carecedores de disciplina legal, a dispensar o espírito agressivo da palavra "blasfemar" e ajustando-se plenamente à Constituição de 1988, que em seu artigo quinto, inciso VI, dispõe **"ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção de culto e suas liturgias"** e à legislação penal em vigor.

3 – RECOMENDAÇÃO

3.1 – Assim, entende-se ser a proposta de alteração legal pretendida pelo Deputado Fernando Rodolfo absolutamente inútil no seu aspecto religioso uma vez que nos setenta anos de vigência do Código Penal, a matéria coberta pelo seu artigo 208 vem atendendo a defesa dos cultos religiosos, apenas com pouco efeito no que toca as confissões de origem africana, em virtude do preconceito social nutrido pelas classes que, em passado recente, se distinguiram no exercício do poder.

3.2 – Inútil por um lado e por outro, perigosa, pois voltando às práticas afro-brasileiras há, ainda, condenação por parte de seitas de natureza cristã, não faltando casos e agressões físicas pessoais e danos materiais a Centros de Culto Africano. Em hipóteses como estas a palavra "Blasfemar" pode ser um estímulo às divergências e aos excessos em nome de Deus.

3.3 – Desta forma, reafirma-se o repúdio ao aludido Projeto e sugere-se sua rejeição, na sua totalidade, pelo Plenário do IAB e com recomendação de igual decisão à Casa Legislativa, ainda nas Comissões preliminares. É nosso entendimento.


Roberto Léllis
Advogado
OAB/RJ nº 18.435

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2019.